

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

Forma da iniciativa:	Proposta de Lei
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	<u>6/XV/1.ª</u>
Proponente/s:	Governo
Título:	“Aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas e transpõe a Diretiva (UE) 2018/1972, que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas”
A iniciativa respeita o limite de não renovação na mesma sessão legislativa (nº 4 do art. 167º CRP e nº 3 do art. 120º RAR)?	SIM
O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação CL e Lei nº 4/2018, de 9 de fevereiro)?	SIM
Justifica-se a audição dos restantes órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art. 142º RAR e nº 2 do art. 229º CRP)?	Parece justificar-se O artigo 167.º da Lei das Comunicações Eletrónicas faz referência às regiões autónomas.
A iniciativa encontra-se agendada (pela CL ou por arrastamento)?	Não. Governo apresenta a iniciativa com pedido de prioridade e urgência
Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:	Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação (6.ª) Com conexão à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (1.ª). Sem prejuízo do que vier a ficar estabelecido pela Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares.
Conclusão: A apresentação desta iniciativa parece cumprir os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

Assembleia da República, 26 de abril de 2022

O Assessor Parlamentar,
José Filipe Sousa (Ext: 13787)